Proc. TC-032.411/2008-1
Tomada de Contas Especial

Parecer

No essencial, esta representante do Ministério Público manifesta sua concordância ao encaminhamento alvitrado pela Unidade Técnica à fl. 426, dissentindo tão-somente quanto à fundamentação da multa a ser aplicada ao Senhor Antônio Monteiro Neto, pelos argumentos expostos a seguir.

2. Com as devidas vênias, não se afigura adequada a subsunção do caso concreto examinado nestes autos à multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – LO/TCU, porquanto inexistem outras irregularidades que não estejam diretamente relacionadas ao objeto do convênio sob exame. Ademais, o TCU assim tem se pronunciado sobre a matéria (v. g. Acórdão n.º 180/2010 - 2.ª Câmara, *in* Ata n.º 1; Acórdão n.º 164/2010 - 2.ª Câmara, *in* Ata n.º 1; Acórdão n.º 306/2010 - 1.ª Câmara, *in* Ata n.º 1; Acórdão n.º 281/2010 - 1.ª Câmara, *in* Ata n.º 1; entre outros).

3. Assim, ante a ocorrência de dano erário, basta a aplicação da multa a ele proporcional, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.443/92, vez que todas as irregularidades praticadas cingem-se ao objeto da convênio ora fiscalizado.

Ministério Público, 18 de novembro de 2010.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral